



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO nº 01.978/18

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato da Presidente do **Instituto de Previdência Municipal de Queimadas PB**, concedendo Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais a *Sr^a Maria Joselma Barbosa Pereira*, matrícula nº 020.155-3, Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que contava, à época do ato, com 34 anos, 07 meses e 12 dias de tempo de serviço e idade de 51 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1^a Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria nº 026/2017], e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 01.978/18

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Maria Joselma Barbosa Pereira*

Órgão: **Instituto de Previdência Municipal de Queimadas PB**

Gestor Responsável: Maria do Socorro de Souza Rego Lucena

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadorias Voluntária com Proventos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 2093/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 01.978/18** referente Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da *Sr.^a Maria Joselma Barbosa Pereira*, matrícula nº 020155-3, Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, [Portaria nº 026/2017], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 14 de novembro de 2019.

Assinado 18 de Novembro de 2019 às 09:49



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 14 de Novembro de 2019 às 12:00



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**
RELATOR

Assinado 14 de Novembro de 2019 às 14:37



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO